

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.878 - MG (2019/0335901-5)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : JARBAS BARBEITOS
RECORRENTE : EBHIG PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A
RECORRENTE : JUDAS TADEU DE SOUZA SOARES
RECORRENTE : EDUARDO SOARES BARBEITOS
RECORRENTE : MARCOS SOARES BARBEITOS
RECORRENTE : EMPRESA BELO HORIZONTE DE IMOVEIS GERAIS SA
ADVOGADOS : LUCILA DE OLIVEIRA CARVALHO - MG043158
LUIZ FELIPE CALABRIA LOPES - MG118474
RECORRIDO : SONIA TEREZINHA SOARES DE CAMPOS
RECORRIDO : ANGELA MARIA SOARES PIRES
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO VALLADAO NOGUEIRA - MG047254

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PERANTE O TRIBUNAL DE ORIGEM. OMISSÕES APTAS, EM TESE, PARA A MODIFICAÇÃO DA CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE APRECIÇÃO. OFENSA CONFIGURADA.

1. Caracteriza-se ofensa ao art. 1022 do CPC/2015 nas hipóteses em que o Tribunal de origem, mesmo após a oposição de embargos de declaração, omite-se no exame de questão pertinente para a resolução da controvérsia.
2. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por JARBAS BARBEITOS e outros, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 01/04/2019.

Concluso ao gabinete em: 12/11/2019.

Ação: cumprimento provisório de sentença, movida pelos recorrentes em face de SONIA TEREZINHA SOARES DE CAMPOS e outra.

Sentença: julgou extinto processo, em razão da inadequação da via eleita e constatação de litispendência.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelos recorrentes.

Embargos de Declaração: opostos pelos recorrentes, foram rejeitados.

Recurso especial: alegam violação dos arts. 10, 17, 55, 139, 277, 283, 317, 321, 337, 485, 493, 502, 508 e 1022 do CPC/15. Aduzem que houve negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista que o Tribunal de origem deixou de se manifestar sobre matérias essenciais ao deslinde da controvérsia, em que pese terem oposto o devido recurso integrativo. Sustentam, ainda, a inocorrência de litispendência, adequação da via eleita e ofensa à coisa julgada.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da negativa de prestação jurisdicional

As razões recursais tecidas acerca das supostas omissões do Tribunal de origem residem na alegação de que, apesar de instado a se manifestar por meio de embargos declaratórios, quedou-se silente no que concerne à matéria suscitada pela parte recorrente, qual seja, ausência de manifestação quanto à suposta inadequação da via eleita, sobretudo porque foi um dos fundamentos da sentença para extinguir a ação.

Da análise do processo, constata-se que o Tribunal, ao julgar os embargos de declaração opostos pela recorrente, foi omissos quanto aos argumentos acima apontados. Entretanto, verifica-se que as questões foram objeto de devida insurgência nas razões de apelação e nos embargos declaratórios opostos.

Assim, impõe-se a cassação do acórdão que apreciou os declaratórios, a fim de que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, acerca dos pontos anteriormente elencados. No mesmo sentido: REsp 1.693.086/SP, Terceira Turma, DJe 20/10/2017; AgInt no REsp 1.215.384/MG, Quarta Turma, DJe 18/12/2017.

Logo, merece provimento o recurso especial e tem-se como prejudicado o exame das demais discussões aventadas no presente recurso.

Forte nessas razões, **CONHEÇO PARCIALMENTE** do recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial e, nessa parte, DOU-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III e V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, a fim de anular o acórdão recorrido e determinar a remessa dos autos ao Tribunal de origem, para que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, sobre os argumentos deduzidos nos embargos de declaração de fls. 274/275, e-STJ.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora